

Evento: COBRA F

Modalidade: PÔSTER

Tema: C03. Ética, Ensino e Pesquisa em Fisioterapia

AÇÕES POLÍTICAS: A política na formação do acadêmico de fisioterapia

LETÍCIA PERLIN CALLEGARO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA CAMPUS URUGUAIANA - leticiapcallegaro@gmail.com, Raquel Cristina Braun da Silva, Juliana Serafini, Aline Arebalo Vepo, Débora Nunes Carafini, Renato Saraiva Juchem, Sildney Marques, Franck Maciel Peçanha - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA CAMPUS URUGUAIANA

Introdução:

O Brasil, através do ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Lei Nº. 13.146 de 6 de Julho de 2015) garante o exercício de direitos e liberdades às pessoas com deficiência possibilitando o efetivo exercício de sua cidadania. No entanto, é necessário reconhecer que as pessoas com deficiência têm dificuldade de exercer os seus direitos devido às intransponíveis desvantagens impostas pela sociedade/comunidade através de barreiras físicas, legais e especialmente barreiras de atitude que levam ao distanciamento e isolamento da pessoa com deficiência.

Objetivo:

Apresentar as propostas já elaboradas pelo grupo PET Fisioterapia cujo intuito é propor junto à Câmara de Vereadores diversas ações que visam garantir direitos das pessoas com deficiência e desenvolver o senso político dos participantes em busca de transformar a realidade da comunidade em que vive.

Métodos:

O PET Fisioterapia desenvolve a atividade “Ação Política” a qual busca estimular a criação e o fortalecimento de legislações e políticas que visem dar visibilidade, garantir direitos e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Inicialmente o grupo decide um tema que necessita de novas políticas nos municípios da região. A partir daí, é realizada uma busca bibliográfica sobre o tema e dados para estatística, e então elaborado o texto a ser apresentado.

No desenvolvimento desta ação buscam-se parcerias com lideranças políticas que reconhecidamente atuem na defesa dos direitos da comunidade. Após isso, são realizadas reuniões para apresentação da proposta e acompanhamento das etapas burocráticas e legais que o projeto irá passar.

Resultados:

A atividade deu início no ano 2014, com uma pesquisa das necessidades da comunidade local, elaboração da

proposição e apresentação do projeto que deu origem a Lei nº Lei - Nº 4685/2016 que “CONCEDE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO AO SERVIDOR QUE TENHA, SOB SUA RESPONSABILIDADE E SOB SEUS CUIDADOS, CÔNJUGE, FILHO OU DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA, INCLUSIVE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, SEM NECESSIDADE DE COMPENSAÇÃO DA CARGA HORÁRIA NÃO TRABALHADA.”

Desde o início da atividade já foram apresentados outros cinco projetos de lei, inicialmente no município de Uruguaiana-RS e posteriormente em outros municípios. Atualmente, em Uruguaiana-RS, cerca de 20 servidores públicos municipais já são beneficiados pela primeira Lei sugerida pelo grupo, frisando assim a importância do desenvolvimento deste tipo de ações no ambiente acadêmico.

Conclusões:

Pode-se enfatizar a importância desta atividade para a melhoria da qualidade de vidas das pessoas com deficiência, além do desenvolvimento social, pessoal e político dos integrantes do grupo proporcionando-lhes o pensamento crítico e cidadão.